

A FORMAÇÃO EM PROFESSORA PRIMARIA COMO ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO SOCIAL E ESTABILIDADE ECONÔMICA DE MULHERES NEGRAS EM FEIRA DE SANTANA 1940-1970

Izabela de Jesus Santos¹; Ione Celeste de Sousa²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: jsantosbela@yahoo.com.br
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ionecjs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal, Professoras negras, Ascensão social e econômica

INTRODUÇÃO

As escolas normais no Brasil nasceram com a perspectiva de progresso e construção da Nação, no período imperial, como as inaugurais de Niterói, Corte, em 1835 e a da província da Bahia em 1836. As elites nacionais almejavam para o país o desenvolvimento econômico para se nivelar a países como a França e Inglaterra, e tomaram como uma ferramenta eficaz a Escolarização. Neste período, os formuladores da educação propuseram metas e normas que visaram propagar e disseminar a instrução pública como o meio de resgate do Brasil ao seu destino de *ser uma grande nação*, como afirma SOUSA (2002). Século depois, na década de 1920, quando da criação e instalação da Escola Normal em Feira de Santana, esta concepção retornou, o que a tornou uma instituição privilegiada para a formação do responsável do projeto civilizador o “professor primário” (SOUSA: 2002).

Esta missão do professor primário ocorria no contexto da *feminilização do magistério*, processo que intitula a inserção majoritária da mulher neste nicho do mercado de trabalho (DEMARTINI: 1994 e LIMA: 1997). As pesquisas históricas mostram que neste período a formação na profissão de professoras como uma estratégia de estabilidade econômica e por ser uma profissão de viés intelectual (VILELLA: 2000). Várias pesquisas apontam esta questão, porém, poucas indicam uma variável, que é a questão racial.

Muller (1999) coloca este problema ao afirmar que “Ao final do processo, já nos anos 20, os padrões definidos pelas reformas educacionais para a professora primaria tem uma conotação racial e étnica precisa, não só através da exigência do diploma da Escola Normal, como da exigência do “mérito”, e de que a professora pudesse apresentar um biótipo “saudável”. Em nenhum momento as regras referem-se às moças negras.

Tal questão não aparece no pioneiro trabalho de Sousa (1999) sobre o cotidiano da Escola Normal de Feira de Santana, tampouco no de Cruz (2000), que explorou memórias de normalistas, atuantes na vida social feirense, qual seja, a inserção de mulheres negras no magistério, e se existiu uma questão racial, bem como se a inserção dessas mulheres lhes possibilitou uma ascensão social.

Jesus (2000) ao trabalhar com narrativas de professoras negras, afirma que ouvindo suas historias, é possível o retorno as raízes à oralidade de sua identidade étnica racial, pois o valor da palavra do outro traz á tona processo de construção da memória coletiva. O interesse deste autor é compreender a relação entre se professora-negra-mulher. Desta forma pretendemos investigar sobre normalistas negras em Feira de Santana, tendo como fonte principal entrevista com essas alunas, para usar narrativas,

presentes nas suas memórias, para entender como a formação em professora primária pode ter sido uma estratégia de ascensão econômica e social das mesmas.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se, sobretudo das análises feitas pelos documentos da escola normal de Feira de Santana que se encontra no Colégio Gastão Guimarães.

A investigação sobre a existência de professoras negras na Escola Normal de Feira Santana será através do registro de cor/raça como critério de identificação social nas fichas de matrículas existentes no acervo do IEGG.

Estes registros possuem fotografias que possibilitará à pesquisa uma análise sobre esta documentação a fim de identificar a presença de mulheres negras na Escola Normal, intercalando com documentos oficiais os nomes de professoras que exerceram a profissão em Feira de Santana no período entre 1940/70. Através de entrevistas com essas professoras buscarei articular estas vivências profissionais com questões étnico-raciais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os projetos de civilidade e modernização gestados pela elite dirigente do país no século XIX que via na à educação da população um caminho para a civilização e progresso do país, foram criadas duas escolas normais para formação de mestres-escola, baseadas nos modelos das sociedades européias. Esta elite considerava a Educação da população como um caminho para a civilização e progresso do país, “[...] para os partícipes desses grupos era preciso e urgente fundar um novo tempo na educação e, através dele, um Brasil que afastasse as trevas da ignorância, do analfabetismo, [...] inaugurando uma nova era e permitindo um alicerce para as gerações futuras” (SOUSA 2002, p.32).

Desta forma, projetaram uma renovação na educação do país, considerado por intelectuais e políticos da época como atrasado e ultrapassado em relação a países europeus como França e Alemanha.

Villela (1990) informa que a primeira Escola Normal brasileira foi instalada no Rio de Janeiro em 1835, uma instituição privilegiada que deveria capacitar a formação dos responsáveis por este projeto civilizador - o professor primário. A Instituição assumiria um novo papel como preparador dos agentes do progresso da nação, disseminadores da civilização letrada e apta ao crescimento econômico, representação que teve longa continuidade, pois ainda encontrada por Sousa (2006) em pesquisa sobre a Escola Normal de Feira de Santana, nos anos 1940, no interior da Bahia.

Outros estudos evidenciam que paralelo a este projeto de implantação de formação de mestres-professores primários, ocorreu também o processo de feminilização do magistério, pela crescente e constante inserção da mulher neste nicho do mercado de trabalho (DEMARTINI, 1994 e LIMA, 1997). Um dos fatores explicativos desta especificidade, generalizada na época no Ocidente, foi a representação das mesmas como possuindo um perfil peculiar para o cargo, vistas na sociedade da época como seres delicados, bondosas e sensíveis (CRUZ, 2000), virtuosas, econômicas, abnegadas e ainda mais, “vacionadas” para o trabalho de ensinar (CHAMON, 2006).

Segundo as pesquisas históricas, neste período a formação na profissão de professoras foi também, além de uma forma de sobrevivência, uma estabilidade econômica e de estratégia para ascensão social para muitas mulheres, além dos significados positivos de uma profissão intelectual (VILELLA 2000). Assim a Escola

Normal como afirma Demartini (1991) passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, das mulheres prosseguirem seus estudos além do primário, sendo possível à mesma uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Várias pesquisas apontam esta questão, porém, poucas indicam uma variável, que é a questão racial. Muller (1999) em pesquisa recente coloca este problema ao afirmar que: “os padrões definidos pelas reformas educacionais para a professora primária tem uma conotação racial e étnica precisa, não só através da exigência do diploma da Escola Normal, como da exigência do “mérito”, e de que a professora pudesse apresentar um biótipo saudável”. A salientar que no período compreendido entre 1870 a 1940, no Brasil, vigorou a hegemonia de teorias científicas racialistas (SCHWARCZ: 1994), que defendiam a diferença radical entre raças humanas, detectadas pelo fenótipo, e a superioridade racial do contingente branco. Tais teorizações permearam as representações e as práticas escolares tanto no referente ao acesso à escola (D’AVILA: 2006), quanto nas possibilidades de ascensão na carreira (SOUSA: 2008), quanto no acompanhamento dos alunos e sua progressão na cultura da escola (DIWAN: 2007).

Desta forma, abordar vivências raciais de professoras, no caso referente às negras, nos períodos de 1940-1970, permitirá resgatar aspectos sobre os processos de emancipação e ascensão social de mulheres, bem como da história dos excluídos, pelo viés da História da educação. Segundo Miller (1999) pesquisar a história de grupos negros no Brasil é colaborar na construção da história do “excluído da história”, daqueles de quem se encontram poucas marcas, talvez porque não se considerou importante guardar o registro de sua presença.

Ouvir as vozes desses sujeitos “excluídos” da análise do processo histórico é recorrer a memórias daqueles que guardam essas lembranças como fonte histórica do passado; é trazer à tona os processos de construção da memória coletiva da qual, segundo P.Thompson (1992), toda história depende, basicamente de sua finalidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta da demora dos materiais essenciais ao processo de higienização da documentação, como jalecos, máscaras, trinchas, pinceis etc., alguns providenciados pela própria coordenadora da pesquisa agora em janeiro, não pude aprofundar a pesquisa na avaliação das fichas a fim de identificar as normalistas de 1940 a 1970.

Faz-se necessário, então, prosseguirmos em etapas seguintes, na organização do acervo e catalogação das fichas de interesse desta pesquisa.

Nas etapas seguintes buscaremos trabalhar não apenas com a organização do acervo, mas também localizar as normalistas e realizar as entrevistas com intuito de aprofundar as discussões em volta da temática.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marília Pinto. **O Fracasso escolar de Meninos e Meninas:** articulações entre gênero e cor/raça. Cadernos Pagu (22) 2004: pp.247-290.
- CHAMON, Magda. **Trajatória de Feminização do Magistério:** ambigüidades e conflitos. BH: Ed.Autêntica, 2005.
- CRUZ, Antonio Roberto Seixas Da. **Mestras no Sertão:** reconstituindo caminhos percorridos. Salvador, BA, 2000. 193 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação.

- DIWAN, Pietra Stefania. *Raça Pura: uma História da eugenia no mundo*. São Paulo, 2007. Contexto.
- JESUS, **Regina de Fátima de**. **Narrativas de professoras negras - a memória como possibilidade emancipatória**, UERJ – FFP/ UFF – Grupalfa/ disponível em <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/regjes.pdf>, 2010
- LIMA, Marta Maria Leone. **Magistério e Condição Feminina**. In: Ritos, Mitos e Fatos-Mulher e Gênero na Bahia. Coleções Baianas. NEIM Salvador, 1997.
- MULLER Maria Lúcia Rodrigues(b). **Professoras Negras na Primeira República (21-67)**. In OLIVEIRA, Iolanda (coord.). *Relações Raciais e Educação: alguns determinantes*. Niterói, Intertexto, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Homem de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX**. São Paulo, 1993. Tese (Doutoramento), Universidade de São Paulo.
- SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. Dissertação de Mestrado em História no PPGHS/PUC - SP; 1999. Publicada SP: EDUC/PUC; 2002.
- SOUSA, Ione Celeste de **Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia Oitocentista-1870 /1890**. Tese de Doutorado em História Social. SP: PEPGHS- PUC/SP; 2006.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VILLELA, Heloisa de Oliveira. **O mestre-escola e a professora**. In: FARIA FILHO, Luciano & LOPES, Eliane Marta Teixeira (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2000: 95/134 p.
- _____. **A primeira Escola Normal no Brasil: uma contribuição à história da Formação de professores**. Niterói: Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 1990.